



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

EMENDA Nº (ao PLP 68/2024)

Acrescenta dispositivo ao PLP nº 68 de 2024, que Institui o Imposto sobre Bens e Serviços IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

Art. 1º O Anexo VII do PLP nº 68 de 2024 passa a vigorar com a seguinte redação:

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO |
|------|--|
| 1 | Crustáceos (exceto lagostas e lagostim) e moluscos dos seguintes códigos e subposições da NCM/SH: a) 0306.1 e 0306.3, exceto os produtos dos códigos 0306.11, 0306.15.00, 0306.31.00, 0306.34.00, 0306.39.10; e b) 0307.31.00, 0307.32.00, 0307.42.00, 0307.43, 0307.51.00, 0307.52.00, 0307.91.00 e 0307.92.00; |
| 2 | Leite fermentado, bebidas e compostos lácteos; |
| 3 | Mel natural do código 0409.00.00 da NCM/SH; |
| 4 | Mate da posição 09.03 da NCM/SH; |
| 5 | Farinha, grumos e sêmolas, de cereais, dos códigos 1102.90.00, 1103.11.00 e 1103.19.00 da NCM/SH; grãos esmagados ou em flocos, de cereais, do código 1104.1 da NCM/SH, exceto os grãos de milho classificados no código 1104.19.00 da NCM/SH; e amido de milho do código 1108.12.00; |
| 6 | Tapioca e seus sucedâneos do código 1903.00.00 da NCM/SH; |
| 7 | Óleos vegetais das posições 15.11, 15.12, 15.13, exceto óleos de babaçu; e óleo de canola classificado na subposição 1514.19 da NCM/SH; |
| 8 | Massas alimentícias dos códigos 1902.20.00 e 1902.30.00 da NCM/SH; |
| 9 | Sucos naturais de fruta ou de produtos hortícolas sem adição de açúcar ou de outros |



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/24718.30937-09

| | |
|----|--|
| | edulcorantes e sem conservantes classificados na posição 20.09 da NCM/SH; |
| 10 | Polpas de frutas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes e sem conservantes classificadas no código 2008.99.00; |
| 11 | Pão de forma |
| 12 | Extrato de tomate |
| 13 | <i>Bebidas alimentares classificadas no código 2202.99.00 da NCM/SH e preparações alimentícias diversas classificadas no código 2106.90.90 da NCM/SH, à base ou elaboradas a partir de matérias-primas vegetais, que não contenham componentes de origem animal ou deles derivados em sua composição. (NR)</i> |

JUSTIFICAÇÃO

Garantir uma alíquota reduzida na tributação de todos os alimentos para consumo humano é uma das diretrizes da Reforma Tributária. **Incluir, nesta definição, os alimentos e bebidas de origem vegetal** significa fomentar uma alimentação mais sustentável, nutritiva e saudável para a população brasileira.

Seremos quase 10 bilhões de pessoas até 2050 (259,8 milhões no Brasil, segundo o IBGE). Estimativas da FAO preveem que a demanda global por carne aumente 50% entre 2013 e 2050. Segundo a Embrapa, será necessário produzir mais de 200 Megatonelada (Mt) de carnes, anualmente, para atender a demanda em 2050. O crescimento na demanda por fontes de proteína voltadas para uma alimentação de qualidade elevará a pressão sobre o uso do solo e da água.

É crucial pensarmos em sistemas alimentares contemporâneos através das lentes da inovação, ciência e tecnologia. As proteínas alternativas são parte importante das soluções para a cadeia de suprimentos local e global, principalmente quando somadas às formas de produção já existentes.

Priorizar a produção de feijões, leguminosas e grãos para consumo humano pode ajudar a otimizar o uso da terra. Esta abordagem visa maximizar a eficiência da produção de alimentos enquanto minimiza a degradação ambiental.

O sexto relatório de avaliação do IPCC (2021) chama por uma descarbonização em todos os setores, incluindo os sistemas alimentares. Segundo



relatório do Boston Consulting Group, se os alimentos à base de plantas representarem 11% de todo o consumo de proteínas até 2035, podemos reduzir 0,85 gigatoneladas de CO₂ equivalente (CO₂) em todo o mundo até 2030, o que equivale à descarbonização de 95% da indústria da aviação.

Corroborando o argumento, estudo recente do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e da Universidade de Brasília enfatiza a eficácia das proteínas vegetais para reduzir impactos ambientais agropecuários, gerando mais impactos positivos e menos negativos em emissões de GEE, e atendendo à demanda futura com menores impactos ambientais líquidos. Essa opção de uso do solo garante adicionalidade, reduzindo emissões de GEE comparadas à linha de base atual.

Os efeitos da crise climática devem acelerar a transição da cadeia de produção de alimentos, como forma de diminuir a produção dos gases que aumentam a temperatura atmosférica. Um estudo realizado pela Universidade de Michigan afirmou que, em comparação com a produção de um bife animal, a carne vegetal emite 90% menos gases de efeito estufa, 99% menos água, 93% menos terra e 46% menos energia.

Ademais, as proteínas de origem vegetal são uma oportunidade de diversificação econômica e renda complementar, tanto para os produtores rurais (vide nosso rico mercado de grãos, castanhas e outras fontes) quanto para pequenas, médias e grandes indústrias no país. O setor fomenta a agroindustrialização sustentável dentro das associações e cooperativas de produtores, que podem receber e operar as máquinas de processamento.

O termo complementar reforça que essas proteínas não são concorrência aos métodos de produção tradicionais, mas complemento essencial e sustentável na oferta de alimentos à população e na geração de emprego e renda, no campo e nas cidades.

O Brasil pode capitalizar seu potencial agroindustrial e consolidar sua liderança mundial na produção de alimentos através de tecnologias e indústrias que hoje se desenvolvem rapidamente em território nacional, posicionando-se na vanguarda da produção sustentável de alimentos. A Embrapa identifica oito megatendências para os próximos 30 anos alinhadas às expectativas globais e posiciona o país em um cenário ímpar de oportunidade: a sinergia entre proteínas alternativas, sustentabilidade, adaptação climática, intensificação tecnológica, transformações no consumo e agregação de valor.

O Brasil tem um papel crucial na definição de políticas que abordem seus desafios internos e também globais, incluindo segurança alimentar, nutrição e sustentabilidade. Para enfrentar efetivamente esses problemas, é essencial implementar estratégias abrangentes que promovam a transição para um sistema alimentar mais



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

SF/24718.30937-09

sustentável e equitativo, e a Reforma Tributária pode servir perfeitamente para tanto.

Sala das sessões, 15 de agosto de 2024.

Senador Fabiano Contarato
(PT - ES)